

# Líderes contestam denúncia sobre orçamento

Em nota oficial, seis líderes partidários e o presidente da Comissão Mista de Orçamento contestaram ontem as informações publicadas pelo CORREIO BRAZILIENSE a respeito da distribuição dos recursos do Orçamento Geral da União. A nota é subscrita pelo senador Ronaldo Aragão, presidente da Comissão Mista, e pelos deputados Messias Góes, líder em exercício do bloco PFL-PRN, Genebaldo Corrêa, líder do PMDB, Gastone Righi, do PTB, Siqueira Campos, do PDC, Gerson Peres, em nome do PDS, e Israel Pinheiro Filho, pelo PRS.

Os líderes afirmam, na nota, que a decisão de multiplicar por nove os valores do Orçamento, para adequá-los à inflação, atende ao artigo 3º da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim como justifica a reavaliação das receitas e despesas por parte do Legislativo. Sustentam ainda que o deputado que subscreve as emendas nem sempre é seu autor. Alguns parlamentares, esclarecem, assinam nas condições de relatores geral e parciais e emendas de vários autores são mantidas com o nome apenas do primeiro signatário.

Com essas explicações, garantem os líderes que os beneficiários de verbas mais elevadas estão, na verdade, em uma daquelas situações. No caso específico do ex-relator geral da Comissão, ministro Ricardo Fiúza, da Ação Social, diz a nota que "buscou atender as áreas mais carentes, em sintonia com os interesses programáticos dos vários partidos, subscrevendo emendas de caráter nacional e regional que expressam prioridades, conforme enfatizou o relatório final". Todos os outros campeões de verbas orçamentárias estariam igualmente enquadrados nas condições de relatores parciais, coordenador partidário ou colaborador com

emendas corretivas. Nesta página, abaixo a íntegra da nota dos líderes.

**Sem texto final —** O Orçamento da União para 1992, aprovado na última sessão legislativa, deverá ser entregue, hoje, ainda sem redação final, aos presidentes do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), e da Comissão Mista de Orçamento, Ronaldo Aragão (PMDB-RO). A informação é do diretor-executivo em exercício do Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), James Carvalho. O diretor acredita que a matéria deverá ser encaminhada à sanção até o dia 30, com atrasado não superior ao do ano passado. Carvalho admitiu que pode ter havido dificuldade em fechar os números, em função do grande volume de informações e valores manuseados. "Essa dificuldade pode acontecer sem ter qualquer relação com os critérios políticos utilizados para a aprovação de matéria pelo Congresso", afirmou. James Carvalho informou que após a deliberação dos congressistas foi formada uma equipe, por assessores do Senado e da Câmara, especialistas no assunto, e por técnicos do Prodasen, os quais vêm trabalhando juntos mas com senhas específicas. Por essa razão, nem o próprio presidente da Comissão de Orçamento teve acesso ao trabalho de processamento do Orçamento aprovado. Ronaldo Aragão tentou mais ainda numa fase que não era o resultado final do trabalho que vai receber, hoje. Carvalho lembra que foram processadas cerca de 72 mil emendas e que o número de emendas aprovadas, para ter uma ideia, foi praticamente o mesmo de emendas apresentadas no ano passado. O presidente Mauro Benevides garantiu todo o empenho para que o Orçamento de 1993 vá à sanção até o dia 5 de janeiro.